



Texto recebido em:
23/09/2025

Texto aprovado em:
17/11/2025

V. 15 - N. 34 - 2025

* Doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMinas). Professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Contato: agcantarela@yahoo.com.br

Perspectivas teóricas para a construção de interfaces entre estudos de religião e literatura¹

Theoretical perspectives for constructing interfaces between religion studies and literature

**Antonio Geraldo Cantarela*

Resumo

Este artigo apresenta algumas perspectivas teóricas que podem ser utilizadas em pesquisas relacionadas às interfaces entre Estudos de Religião e literatura. Seu objetivo se coloca em termos de apontar a relevância dos aportes teóricos para a elaboração de produções acadêmicas (artigos, comunicações, capítulos de livros etc) no campo de estudos da Teopoética. O pressuposto, que serve de justificativa para este texto, é o de que, em linha de princípio, as referências teórico-metodológicas, mormente aquelas oferecidas pelos estudos literários, tornam mais proveitoso o diálogo entre religião e literatura. Na impossibilidade de tratar de inúmeros métodos e teorias, em suas particularidades, três perspectivas serão apresentadas em seus traços mais gerais, cada uma jogando foco sobre uma das variáveis que interagem no ato da leitura: i) o contexto em que o texto foi criado; ii) as “estratégias textuais” que caracterizam o texto; iii) as dinâmicas da recepção

1. Nota de rodapé a ser inserida após avaliação. Cf. mensagem ao editor.

do texto. Em razão do caráter didático do artigo, as perspectivas teóricas serão acompanhadas de exemplo prático de leitura de texto literário.

Palavras chaves: Teopoética. Teorias Literárias. Estudos de Religião. Literatura. Adélia Prado.

Abstract

This article presents some theoretical perspectives that can be used in research related to the interfaces between Religious Studies and literature. Its objective is to highlight the relevance of theoretical contributions for the development of academic productions (articles, papers, book chapters, etc.) in the field of Theopoetics. The premise, which serves as the justification for this text, is that, in principle, theoretical and methodological frameworks, especially those offered by literary studies, make the dialogue between religion and literature more fruitful. Since it is impossible to address countless methods and theories in their specificities, three perspectives will be presented in their broadest terms, each focusing on one of the variables that interact in the act of reading: i) the context in which the text was created; ii) the “textual strategies” that characterize the text; iii) the dynamics of text reception. Due to the didactic nature of the article, the theoretical perspectives will be accompanied by a practical example of reading a literary text.

Keywords: Theopoetics. Literary Theories. Religious Studies. Literature. Adélia Prado.

Introdução

As pesquisas e produções acadêmicas na interface dos saberes literário e teológico – cunhadas sob o nome “Teopoética” – configuram, no Brasil, um debate consolidado há várias décadas, atualmente com quase duas centenas de pesquisadores. Um levantamento liminar em algumas bases de dados digitais permite estimar sua produção bibliográfica em torno de dois mil títulos, entre livros, capítulos de livros, dissertações, teses e textos completos em anais de eventos.

Em que pese o grande número de publicações oriundas do interesse pelas interfaces entre religião e literatura, a maior parte desses produtos

carrega traços de vieses teológicos. As publicações sobre as relações entre literatura e o campo de estudos específico da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões) mostram-se relativamente pouco numerosas. Tal diferença quantitativa se pode explicar pelo fato de a área de estudos teológicos, em sentido estrito, ser bem mais antiga que a de Ciência(s) da(s) Religião(ões). No âmbito da Teologia, a obra *Teologia da Cultura*², do teólogo alemão-estadunidense Paulo Tillich, publicada em 1959, ainda que não discuta particularmente as interfaces entre teologia e literatura, costuma ser indicada como o marco inicial da Teopoética, por oferecer um fundamento sólido para a consideração teológica da cultura e das artes em geral. Outros nomes poderiam ser citados. Já no terreno específico da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões), seria temerário destacar um autor ou uma publicação que pudesse representar bem os começos de sua inserção na Teopoética. De qualquer modo, o pouco que se encontra não ultrapassa muito os vinte anos.

Em correlação com a diferença etária entre as duas “subáreas” – conforme terminologia utilizada pelo novo documento da CAPES para a área Ciências da Religião e Teologia –, há outro aspecto a considerar. No Brasil, muitos pesquisadores e professores que atuam em programas de pós-graduação em Ciência(s) da(s) Religião(ões) formaram-se em Teologia, na graduação e mesmo na pós-graduação. Assim, ainda que os documentos oficiais – como o Documento de Área da CAPES ou os regulamentos internos dos programas – ressaltem a especificidade da formação e do perfil dos egressos de cada uma das duas subáreas, na prática mostra-se extremamente difícil distinguir com precisão onde determinada produção acadêmica poderia melhor se encaixar. Dissertações e teses com temas que correlacionam religião e literatura, orientadas e defendidas em programas de Ciência(s) da(s) Religião(ões), poderiam sem grandes alterações ser mais bem situadas no âmbito da Teologia. Ademais, pode-se observar que os eixos e os temas correlatos – confor-

2. TILLICH, Paul. *Teologia da Cultura*. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

me o atual desenho da “árvore do conhecimento” da Área Ciências da Religião e Teologia – tangem-se e mesmo se interseccionam.

Acatada a pertinência de tais considerações, usaremos o termo Teopoética em sentido amplo, abarcando não apenas seu uso originário relativo às correlações entre Literatura e Teologia, mas também as interações entre Literatura e Ciência(s) da(s) Religião(ões). Para acomodar com mais facilidade o uso abrangente do termo, em lugar de “Teologia” e “Ciência(s) da(s) Religião(ões)” empregaremos sistematicamente a expressão “Estudos de Religião” para identificar a área – expressão que, a propósito, é utilizada por muitas universidades fora do Brasil. Da mesma forma, a recorrência ao termo “Literatura” servirá para referir tanto as obras literárias quanto a crítica literária ou as teorizações sobre a arte literária.

A pesquisa subjacente a este artigo preocupou-se em buscar subsídios teórico-metodológicos, que tivessem alguma utilidade no sentido de suprir certas lacunas que se encontram em muitas produções em Teopoética. Tais limites certamente não desmerecem o interesse e o exercício de construir interfaces entre religião e literatura. Nossa proposta, baseada nos dados da pesquisa, apenas expressa a evidência de que o recurso aos aportes teóricos oferecidos pelos estudos literários contribui para um diálogo mais profícuo entre religião e literatura. Também as teorizações e métodos do âmbito dos Estudos de Religião contribuem na tarefa. Contudo, o escopo deste artigo limita-se a focar a contribuição dos estudos literários às pesquisas em Teopoética.

As expressões “teoria da literatura” e “estudos literários” – tomados aqui como sinônimos – abarcam um leque muito amplo de possibilidades de estudar seu objeto, a obra literária. O interesse se estende desde a pergunta geral acerca do que caracteriza o texto literário até aspectos mais específicos como seus gêneros, estilo e conteúdo, suas relações com o ambiente histórico-cultural, na diversidade de seus movimentos e tendências, sua presença nos livros didáticos escolares, as relações en-

tre as diversas disciplinas literárias, e com disciplinas de outros campos de conhecimento – como se dá na Teopoética.

Tendo em vista a quantidade relativamente grande de abordagens cobertas pela teoria da literatura, bem como a diversidade de modos de leitura do texto literário, optamos por tratar o assunto seguindo um esquema triplo que destaca os três elementos fundamentais que interagem no ato da comunicação artística – esquema utilizado por Antonio Candido (2000) e outros críticos: i) a realidade social e cultural em que o texto foi produzido, ou o mundo do autor; ii) o texto, com seus modos característicos de representar ou encenar a realidade; iii) o leitor, com suas expectativas e repertório de possibilidades de compreensão. A cada uma dessas três variáveis podem ser associadas as inumeráveis perspectivas teórico-metodológicas. Assim, há diferentes teorias vinculantes, que compreendem o texto a partir do contexto histórico em que o texto nasceu. Há teorias diversas que pensam o texto em seus aspectos formais, estéticos, sem se importar muito com suas origens. E há teorias que destacam o leitor como o polo dinamizador da produção de sentido. O artigo se estrutura conforme esse esquema e apresenta, depois das perspectivas teóricas, um quarto tópico que analisa um conto da escritora mineira Adélia Prado, destacando elementos que se correlacionam a algumas características das teorias apresentadas. Nas considerações finais apontaremos alguns cuidados metodológicos na lida com as teorias.

1 Teorias vinculantes: perspectiva com foco no mundo do autor

Durante séculos, desde a Antiguidade grega até os inícios do século XIX, as teorizações sobre o fato literário preocuparam-se, no geral, em caracterizar a obra literária distinguindo-a de outros tipos de escritura considerados não literários. Estabeleceu-se, naqueles séculos, uma tipologia de alguns gêneros mais aceitos e prestigiosos, em oposição a manifestações literárias mais populares, tidas como menos elevadas. Formularam-se doutrinas que orientavam os escritores acerca do que

deviam seguir para que suas obras alcançassem o efeito pretendido. Ainda que a preocupação com os gêneros e suas regras já pudesse indicar correlações entre aspectos formais das obras e as mentalidades e modos de ler o mundo daqueles tempos, acreditava-se, no entanto, que a escrita literária se fazia por inspiração de algumas Musas, de quem o artista era um agraciado. Em certa medida, mantém-se ainda a compreensão de cunho psicológico de que o fato literário resulta da genialidade do artista. Em sua pequena e didática Introdução à Teoria da Literatura, em capítulo que trata do autor e da criação literária, o professor e poeta Antônio Soares Amora refere-se ao autor como pessoa “sui generis”, que cria sua obra dominado por um estado emocional involuntário. (Amora, 2008, p. 111-115).

O século XIX caracterizou-se por grandes mudanças nos modos de compreensão da realidade, particularmente marcadas pelo desenvolvimento do positivismo científico nas mais diversas áreas. No âmbito dos estudos literários, o início do Oitocentos configurou-se como momento de grandes rupturas com as concepções clássicas. As teorizações sobre literatura se obrigaram a lidar com questões nunca postas anteriormente: Que valor atribuir aos novos gêneros? Que vínculos existem entre o contexto histórico em que viveu o autor e os traços de sua obra? Com que pressupostos e métodos se torna mais adequado estudar tais relações?

As disciplinas literárias, então, lidaram com tais questões em estreito liame com os domínios dos estudos históricos e sociológicos. Adotamos aqui a expressão “teorias vinculantes” para nomear as teorizações que, desde então, se interessam pelas correlações entre a literatura e a realidade histórica, social e cultural em que a obra foi produzida, ou, dito de outro modo, entre literatura e sociedade. O pressuposto fundamental dessas teorias é o de que o “mundo do autor”, isto é, a realidade socio-cultural de que faz parte o autor e na qual nasceu sua obra, imprime marcas profundas na sua arte. Sob tal pressuposto, a obra literária pode ser lida como documento de seu próprio tempo, uma vez que carrega

marcas do ambiente cultural de onde veio: suas estruturas sociais, suas ideologias, crenças, preconceitos, gêneros de escrita.

Em seus primeiros passos, as teorias vinculantes compreenderam as relações entre história e literatura de um modo excessivamente historicista, quando não mecanicista. Seus pressupostos epistemológicos enraizavam-se no que se convencionou chamar de historicismo – concepção filosófica associada ao pensador alemão Wilhelm Dilthey. No âmbito dos estudos históricos e no senso comum especializado, tratava-se de uma visão de mundo que afirmava a importância dos processos históricos para a compreensão dos fenômenos políticos, sociais e culturais. Nessa linha, os estudos literários compreendiam que “o conteúdo das obras literárias e, em geral, dos documentos culturais recebe a inteligibilidade da sua conexão com as condições sociais da comunidade que o produziu ou a que se destinava”. (Ricoeur, 1973, p. 101).

A concepção de literatura como produto e reflexo da vida social pode ser amplamente ilustrada pelas primeiras obras da historiografia literária brasileira. Sílvio Romero, em sua *História da Literatura Brasileira*, publicada nos últimos anos do século XIX, concebia o fazer literário sob a égide do mecanicismo, buscando as razões e as características da obra literária no mundo natural e social. A *História da Literatura Brasileira*, de José Veríssimo, publicada cerca de uma década depois, seguia as mesmas tendências. Sob influências do historiador francês Hippolyte Tayne, um dos grandes expoentes do positivismo da época, Romero e Veríssimo compartilhavam a concepção de que a obra literária representa o autor, que por sua vez representa a sociedade; e as influências, extrínsecas ao texto, provêm do meio ambiente, da raça e da conjuntura histórica. Algumas décadas depois, em 1938, Nelson Werneck Sodré publicava sua *História da Literatura Brasileira*. Sob pressupostos teóricos bem mais amplos e sofisticados que as concepções mecanicistas dos primeiros, Sodré mantinha-se, contudo, na esteira da compreensão da história literária que acentua fatores extrínsecos ao texto – na concepção marxista de Sodré, as relações sociais.

No âmbito dos estudos bíblicos, também a exegese desenvolvida ao longo dos séculos XIX e XX seguiu de perto as tendências que sublinhavam a importância do conhecimento histórico para a compreensão dos textos. Ao buscar as origens do texto bíblico, as instituições que o conservaram, as marcas das sucessivas camadas redacionais pelas quais o texto passou, e o processo de sua canonização, o chamado “método histórico-crítico” ocupou, desde então, o lugar de importante instrumental metodológico a oferecer aos estudos bíblicos uma sistematização científica.

Do pressuposto de que os produtos literários, bem como os de outras artes, retratam e por isso permitem interpretar certa sociedade, nasceram teorias diversas, com variados métodos e abordagens congruentes com os quadros teóricos que lhes deram origem. Em linhas gerais, importa mencionar as análises sociológicas da literatura, a par com as leituras históricas. Na mesma direção, pode-se reportar também às abordagens filosóficas, frequentemente marcadas por considerações ético-políticas. Sustentado em teses similares, há ainda o extenso trabalho crítico de leitura psicanalítica de obras literárias.

2 Teorias formalistas:

perspectiva com foco nas qualidades intrínsecas ao texto

Em oposição às teorias vinculantes, desenvolvidas ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, passou-se à convicção de que os aspectos estético-formais do produto literário precedem as abordagens de quaisquer outras ordens. Referindo-se aos métodos anteriores, de cunho historicista, o crítico literário Afrânio Coutinho advertia que “no que respeita à compreensão, explicação e julgamento da literatura, a história não deve ser primeira, mas subsidiária. [...] À história compete apenas preparar o caminho para a crítica, jamais dispensá-la, substituí-la ou resumi-la. O essencial é o estudo da obra em si mesma” (Coutinho, 1968, p. 6). Para Coutinho, o fato literário se deve compreender como

arte, em relativa independência de cena, ambiente ou autor. A história literária, enquanto história de uma arte, constrói-se na identificação dos traços estilísticos e convenções estéticas, com seus artifícios literários, elementos estruturais e recursos linguísticos. (Coutinho, 1968, p. 8).

Ao discutir as vinculações entre literatura e sociedade, referindo-se às mudanças relativas às concepções historicistas, resume Antonio Candido:

[...] antes, procurava-se mostrar que o valor e o significado de uma obra dependiam de ela exprimir ou não certo tipo de realidade. [...] Depois, chegou-se à posição oposta, procurando-se mostrar que a matéria de uma obra é secundária, e que sua importância deriva das operações formais postas em jogo, conferindo-lhe uma peculiaridade que a torna de fato independente de quaisquer condicionamentos, sobretudo social, considerado inoperante como elemento de compreensão. (Candido, 2000, p. 5).

Ao conjunto de teorias e métodos que afirmam a autonomia do texto literário em relação ao mundo histórico-social que lhe deu origem, chamamos aqui, genericamente, de “teorias formalistas” ou “teorias estético-formais”. Dentre as várias teorias e métodos formalistas, podem ser destacados a chamada estilística, o Formalismo russo, o New Criticism norte-americano, os estudos literários associados ao estruturalismo, os estudos em literatura comparada, a análise do discurso, a análise narrativa. Alguns desses termos referem-se de modo amplo a determinadas concepções teóricas; outros, pendem para métodos de leitura. Vejamos traços de algumas dessas teorias e métodos.³

O termo “estilística” refere-se, tradicionalmente, ao capítulo da linguística que estuda os elementos expressivos de uma língua relativos aos seus recursos fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Assim, dentre os recursos da estilística fônica, podem ser lembradas a aliteração e a assonância, muito presentes na poesia de tempos atrás,

3. Em razão da amplitude do assunto e dos limites de espaço do artigo, optamos por algumas teorias, dedicando a cada uma alguns poucos parágrafos.

de formas mais rígidas. Na estilística sintática, o interesse se volta para o modo como os elementos da frase se organizam, originando figuras de linguagem como a elipse e o pleonasma. Na estilística semântica, o foco se dirige à expressividade da língua construída pelo uso de comparações, metáforas e metonímias – tropos de linguagem particularmente relevantes por apontarem o caráter polissêmico da linguagem. O uso desses recursos pode imprimir traços singulares na escrita literária de um autor, permitindo caracterizar seu “estilo”. O emprego reiterado e sistemático de figuras de linguagem em determinado período temporal deu origem à concepção de “estilo de época”.

O conceito de “estilo” ocupará lugar central em algumas concepções formalistas, não mais compreendido nos moldes das tradicionais unidades temporais, os chamados “blocos estilísticos” (medieval, renascentista, neoclássico, romântico etc). Conforme o compreende Coutinho, o estilo diz respeito mais exatamente a “unidades tipológicas”, “sistema de normas literárias expressas num estilo”, “a força dinâmica do período” (Coutinho, 1968, passim p. 12-16). Ainda que as concepções tradicionais de estilística continuem presentes nas gramáticas, os estudos mais especializados tendem atualmente a abordagens mais amplas, particularmente em relação aos recursos semânticos da língua. Destacam-se, dentre outros traços: a concepção de metáfora como estratégia discursiva capaz de ampliar o poder heurístico da ficção, de redescobrir ou redescrever a realidade – na linha de Ricoeur (2000, p. 13); a concepção de que, para além do nível diegético, onde afloram as figuras de linguagem, o texto literário carrega estruturas profundas (ideológicas, políticas) presentes nas suas estruturas discursivas – na linha de Umberto Eco (2011); a concepção de que os “desvios” da linguagem indiciam seu caráter vivo e mutante, como o ilustram os novos jargões e modos de escrita da era da internet. Observa-se que a estilística, em suas novas abordagens do texto literário, ao mesmo tempo que destaca suas qualidades intrínsecas, as correlaciona outra vez ao contexto histórico-social.

Um dos movimentos formalistas mais profícuos e influentes no âmbito da crítica literária foi o que ficou conhecido sob a expressão “formalismo russo”. Trata-se de um movimento surgido na Rússia entre 1910 e 1930, num contexto marcado por grandes transformações sociais e intelectuais. Seus teóricos – Viktor Chlovsky, Roman Jakobson, Boris Eichenbaum, Yuri Tynianov, Vladimir Propp, dentre outros –, seguindo caminhos mais ou menos autônomos, propuseram categorias analíticas e modelos teóricos diversos para estudar o fato literário. Neste sentido, melhor referir-se ao movimento no plural – “formalistas russos” –, ainda que a expressão tenha sido rejeitada por aqueles intelectuais. Rechaçado pelas autoridades soviéticas da era stalinista, o movimento logrou, entretanto, exercer grande influência sobre teóricos como Mikhail Bakhtin e Yuri Lotman e sobre teóricos do estruturalismo, que o consideravam o evento fundador da crítica literária moderna.

Mesmo trilhando caminhos independentes, os formalistas russos buscaram em comum métodos que excluía as abordagens tradicionais de viés sociológico, histórico-crítico e psicológico. Concordaram sobre a natureza autônoma da linguagem poética, cujas características a podiam distinguir de outras atividades humanas. Neste sentido, o objeto da teoria da literatura e da crítica literária deveria se constituir por aquilo que é específico dos fatos literários, isto é, sua organização interna, sua forma. Às características, propriedades e estratégias específicas da linguagem literária, os formalistas chamaram de “literariedade”.

Na esteira do formalismo russo, um dos teóricos mais conhecidos – e certamente de grande interesse para as pesquisas em Teopoética – é Mikhail Bakhtin, particularmente pelo fato de seus estudos e teorias perpassarem áreas de conhecimento diversas. No âmbito da teoria da literatura e da crítica literária, desenvolveu conceitos como polifonia, realismo grotesco, carnavalização. Em sua análise da obra de Dostoiévski, Bakhtin introduziu o conceito de dialogismo – uma das categorias analíticas mais originais criadas por ele. Essa categoria compreende que, na dinâmica da comunicação social, assim como na leitura de um texto, se

entrelaçam diferentes contextos e diferentes vozes. Referindo-se ao dinamismo da palavra na sua passagem de uma comunidade social para outra, afirma o teórico:

A palavra não é um objeto tangível, mas um meio sempre móvel e alterável de comunicação social. Nunca remete a uma única consciência, a uma única voz. Seu dinamismo consiste em passar de um falante para outro, de um contexto para outro, de uma comunidade social para outra, desta para aquela geração. Através desse dinamismo, a palavra não esquece sua via de transferência e não pode se libertar, completamente, do poder que têm sobre ela os contextos concretos em que entrou. De maneira alguma ocorre que cada membro da comunidade de falantes aprenda a palavra como um elemento neutro da língua, livre das intenções e desabitada das vozes de seus usuários anteriores. Pelo contrário, ele recebe a palavra de um outro e conduzida pela voz do outro. A palavra entra em seu contexto a partir de outro contexto, permeada pelas intenções de outros falantes. Seu próprio pensamento já encontra a palavra ocupada. (Bakhtin, 2002, p. 508-509).

Outro movimento de tendência formalista, desenvolvido na segunda metade do século XX, cujos pressupostos teóricos e métodos foram extensamente utilizados pelas várias ciências humanas e sociais, chamou-se estruturalismo – termo oriundo do Curso de Linguística Geral, de Saussure. Seu pressuposto geral compreende que os fenômenos sociais e culturais se organizam como sistema ou estrutura, onde cada elemento ou singularidade não se explica senão na sua relação com outros elementos.

No âmbito dos estudos literários, o estruturalismo enfatizou as estruturas internas e relações entre os elementos do texto (cenários, narrador, actantes, ações), distanciando-se do interesse pelo autor e pelo contexto da obra; daí sua ênfase às abordagens sincrônicas. Na linha do antropólogo estruturalista Lévy-Strauss, que se referia aos “antônimos” como a base da estrutura sociocultural, trabalhos de crítica literária de-

envolvidos à época deram especial destaque aos campos semânticos formados por conflitos (antônimos) expressos nos textos.

No campo dos estudos linguísticos e literários, Roland Barthes costuma ser citado como um dos nomes mais representativos do estruturalismo. Suas obras *O grau zero da escrita* (de 1953), *Elementos de semiologia* (1965), *Análise estrutural da narrativa* (com outros autores como Algirdas Greimas, Todorov, Umberto Eco et alii – publicada no Brasil em 1971), *O prazer do texto* (1973) e *O rumor da língua* (1984), dentre sua extensa produção acadêmica, tornaram-se leituras obrigatórias para a compreensão do estruturalismo na literatura. (Cf. referências).

Mais recentemente, já nas últimas décadas do século XX e alcançando o atual século, desenvolveu-se na França um campo de estudos linguísticos e da comunicação social conhecido como “análise do discurso”⁴ – cujos pressupostos e métodos foram aplicados também à crítica literária. Herdeira de tendências estruturalistas, pelo menos enquanto foca aspectos imanentes ao texto, essa área de estudos compreende o texto (literário ou quaisquer outros) de modo mais amplo, como discurso. Ou, dito de outro modo, distingue entre texto, enquanto produto da atividade discursiva, e discurso, enquanto prática social. Seu principal pressuposto afirma a radical inseparabilidade entre o produto linguístico e o lugar social de sua produção. Assim, metodologicamente, a análise do discurso dedica-se a buscar construções ideológicas presentes no texto – das mídias sociais, da política, da literatura – compreendido como atividade discursiva da sociedade que o produziu e o fez circular. Destacam-se os nomes de Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau. (Cf. referências).

Também as teorias formalistas oferecem um quadro muito amplo e diverso de possibilidades de leitura do texto literário. As leituras comparadas, a busca por traços de intertextualidade, o destaque a convenções

4. A expressão “análise do discurso” costuma ser utilizada também de modo muito genérico, sem levar em conta os pressupostos e métodos desenvolvidos por aquele campo de estudos.

linguísticas, aos jogos de ideias, ao repertório de imagens, às dicções e sonoridades – tudo, enfim, que se faz presente no que de modo genérico chamamos de análise literária – são exemplos de recursos comumente presentes nas abordagens formalistas.

3 Teorias da recepção: perspectiva com foco no leitor e suas lentes

Até meados do século XX, as diversas teorias literárias e seus métodos de análise lançavam seu foco de interesse, em geral, sobre o autor e seu contexto, sobre a época em que o texto foi produzido, sobre seus primeiros destinatários, sobre os estilos de época, sobre o texto e suas qualidades intrínsecas, sobre as estruturas internas do texto e sua relação com a sociedade que lhe deu origem. Foi o que vimos nos tópicos anteriores, ao tratar das teorias vinculantes e das teorias formalistas. No amplo leque de teorias e métodos de análise literária desenvolvidos até então, o leitor, com suas expectativas e repertório de possibilidades de compreensão, não ocupava qualquer lugar significativo enquanto elemento integrante e dinamizador da comunicação artística.

Tais tendências não se restringiram aos estudos literários. No campo dos estudos bíblicos, por exemplo, ao longo dos séculos XIX e XX, o chamado método histórico-crítico alcançou grande desenvoltura, lançando seu foco de interesse sobre o ambiente de origem do texto bíblico, suas fontes e formas originárias, seu processo redacional e seus destinatários primeiros. O documento católico *A interpretação da Bíblia na Igreja*, publicado em 1993 pela Pontifícia Comissão Bíblica, ao mesmo tempo que reconhece a grande contribuição do método histórico-crítico para a interpretação das Escrituras, não deixa de apontar limites ao seu uso clássico, particularmente pelo fato de não se interessar por outras potencialidades de sentido, senão aquelas associadas às origens do texto. (Pontifícia Comissão Bíblica, 2004, p. 193). A partir dessa crítica, o documento oferece novas visadas de leitura, dentre as quais destacamos a “abordagem através da história dos efeitos do texto” (p. 207-208)

e as “abordagens contextuais” (p. 214-220), por colocarem o leitor como polo dinamizador da construção de sentido.

Em meados do século XX, o crítico literário canadense Northrop Frye propôs-se a analisar textos bíblicos com ferramentas da crítica literária. Em sua *Anatomia da Crítica*, publicada em 1957 e considerada uma das mais importantes obras de crítica literária do século XX, Frye buscava o que se poderia considerar os arquétipos literários da literatura ocidental. Segundo o teórico, os esquemas narrativos recorrentes na literatura têm raízes na Bíblia, são variações de diferentes tipos textuais, temas e enredos presentes na Bíblia. Tal reflexão, desenvolvida ao longo dos anos de atividade acadêmica, será o assunto da obra intitulada *O grande código*, publicada em 1981, continuada uma década depois com *O poder das palavras*. (Cf. referências). Nas duas obras, o autor sugere que as narrativas bíblicas constituem como que um “código” fundante da cultura ocidental. Com essas obras, Frye inaugurou um modo de pensar a literatura e a crítica literária em que a questão da recepção do texto literário ocupa lugar proeminente.

Mais ou menos na mesma época em que Frye publicava sua *Anatomia da Crítica*, amadurecia na Alemanha, com o filósofo Hans Georg Gadamer, uma concepção hermenêutica que dava especial destaque ao lugar do leitor nos processos interpretativos. Tal concepção, conhecida pela expressão *História do Efeito* (*Wirkungsgeschichte*), preocupou-se inicialmente em pesquisar as diversas interpretações que um determinado texto recebeu ao longo da história. Na década de 70 do século XX, na esteira da hermenêutica de Gadamer e no bojo das discussões propostas pela Escola de Konstanz, na Alemanha, nasceu a chamada “*Estética da Recepção*” – teoria que deu especial ênfase ao lugar do leitor como o polo dinamizador da construção de sentido. Com a *Estética da Recepção*, o interesse pelo leitor deixou de focar apenas a história das sucessivas leituras de um texto e passou a significar um

princípio hermenêutico, um fundamento para o ato de ler e interpretar. Destacam-se os nomes de Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser.⁵

Conforme esses teóricos, por causa de seu alto grau de indeterminação, o texto ficcional está aberto a múltiplas possibilidades de comunicação. Essa estrutura comunicativa sempre em aberto – que Iser chamou de “vazios do texto” – se constitui a partir da não identidade da ficção com o mundo e da ficção com o receptor. A ficção virtualiza as realidades, formula o não dito, transcende o mundo a que se refere. O leitor, por seu lado, apresenta, em relação à obra literária, um horizonte de expectativas que é anterior à sua recepção e ao efeito que a obra pode gerar. O repertório de possibilidades de leitura de que dispõe o leitor, que se origina de sua pertença ao mundo, incluindo nela o conjunto de outras recepções, lhe permite comparar, avaliar, acatar, recusar, receber, enfim, de determinada maneira a obra literária.

Em suas teorizações sobre o ato da leitura, Iser observa que a situação de “vazio” que caracteriza o texto ficcional não é uma propriedade do texto, mas constitui a dinâmica de interação entre este e o leitor. Referindo-se a essa situação, Iser insiste que, no ato da leitura, o leitor encontra-se num lugar que lhe é estranho, pois “a validade do familiar parece suspensa”. “Na relação dialógica entre texto e leitor – continua Iser – esse vazio atua como energia que provoca a produção de condições de comunicação.” (Iser, 1996, p. 123). Conforme o autor, na leitura, “não importa que novas formas o leitor traz à vida: todas elas transgridem – e, daí, modificam – o mundo referencial contido no texto.” (Iser, 2002, p. 107).

Na esteira da estética da recepção, eclodiram as inúmeras perspectivas de leitura, marcadas pela diversidade de olhares: da mulher, do negro, da identidade de gênero, da ecologia, da decolonialidade, da era

5. Textos de Jauss, Iser e Gumbrecht, principais teóricos da Estética da Recepção, podem ser lidos em Costa Lima (2002), v. 2, p. 871-1014.

da internet.⁶ Obviamente, essas novas perspectivas de leitura do texto literário não foram propostas pelos teóricos da Escola de Konstanz; nasceram de condições histórico-sociais concretas, quase sempre lutas coletivas, que marcam os tempos atuais. De qualquer modo, concretizam um pressuposto fundante amplamente discutido por teóricos daquela escola: o pressuposto de que, ao fim e ao cabo, a direção da leitura é construída pelo leitor, dentro de suas condições possíveis.

Ainda que coloquem o leitor como o polo dinamizador da leitura, as teorias da recepção, assim como as “abordagens contextuais”, não deixam necessariamente de considerar o contexto de produção do texto literário bem como suas qualidades intrínsecas. De fato, as marcas textuais (temas, vieses, concepção de mundo, vocabulário, estilo, estrutura etc) presentes no texto, não resultam simplesmente da leitura. São indicadores do texto que oferecerão certa rota de leitura ao leitor de qualquer época. Vale sublinhar, contudo, que as marcas textuais não apenas “aparecem” ou “se encontram” na obra literária, mas “são destacadas” pelo olhar do leitor, que disporá de ferramentas e informações, sofisticadas ou complexas em maior ou menor grau, com que municiar sua leitura.

4 Um conto de Adélia Prado: exercitação de leitura

Passemos agora à análise de um conto da escritora mineira Adélia Prado, com o objetivo de ilustrar – ainda que de forma panorâmica – o que se pode destacar no texto literário a partir das três perspectivas teóricas apresentadas. Tendo em vista o caráter didático do artigo e a necessidade de voltar reiteradamente ao texto de Adélia Prado, transcrevemos na íntegra o pequeno conto, que se segue:

Então, eu virei pra sua Excelência e pedi filialmente: me deixa dar catecismo, senhor meu Pastor. Não, ele me disse, não. E como já era a terceira ou quarta vez que eu

6. Sobre os métodos das “abordagens contextuais” na leitura de textos bíblicos, leia-se o documento da Pontifícia Comissão Bíblica (2004, p. 214-220). Sobre o assunto, leia-se também Vitório (1999).

insistia na mesma coisa ele foi, como se diz, lapidar: “Não e de uma vez por todas digo por que: não sois senhora da minha confiança.” Mas como? Retruquei. A minha reputação, dentro do possível, ilibada, m’o impede? Usava esta linguagem fora do meu natural pra ele não me interpretar errado, me julgando desrespeitosa. A messe é grande, eu dizia. Não, ele falava. Os operários poucos, eu dizia. Não, ele falava. Fez que ia tocar de leve a mão no meu ombro me entortando pro lado da porta de saída, querendo parecer um pai e me despediu cheio de cortesia. Nomeou eu não, nomeou foi professor homem. Enfarei de cortesia, porque eu quero brigar, quero dizer, discutir com ideias fortes e o que acontece é que me abrem alas e me deixam passar brandindo e humilhada. “Vá se queixar ao bispo”, eu sei bem o que é. Ser mulher ainda dificulta muito as coisas. Muita gente boa ainda pensa, em pleno século quase vinte e um, que mulher é só seu oco. Fosse só assim, a gente não tinha coração nem cabeça, precisava nem ser batizada. Mas digo que tem e igualzinha a dos homens: boa e ruim. Jesus, muito mais antigo que nós, entendeu isso direitinho. Se eu fosse do tempo dele, tenho certeza que eu ia ser o Pedro burro que cortou a orelha do soldado Malco, porque tenho paciência curta e mão pesada. Hoje tá difícil quem queira trabalhador braçal, alguém acreditando enfezado numa coisa e querendo fazer ela. Não quero ser injusta não. Aqui na Iconha tem um vigarizinho que eu respeito, esse sim, me dá minhas liberdades de cantar “Louvando à Maria”, “Que Doce Maná” e “Tantum Ergo” em latim, conforme a necessidade. Me deu ordem, já que sou fundadora do coro Harpa de Sião, pra eu cortar música moderna demais em hora de casamento e exigir silêncio absoluto na hora da consagração. Porque foi só eu descuidar e a juventude transviada do verdadeiro sentido da liturgia começou a dedilhar o “Brinquedo Proibido” na hora da Elevação, uma hora forte por ela mesma, sem necessidade de acento. Ora, digo eu, pra tudo há forma e fundo. Não fiquei traumatizada com o acontecido, não, nem guardei raiva. Tem muito outro-que-fazer na igreja de Deus. Agora, tem uma coisa: no momento das preces comunitárias quando chega a vez de orar por Sua Excelência, eu não falo o nome dele, nem vê, falo é o apelido que eu pus.

Também sou filha de Deus, uai. (Prado, 1979, p. 30-31).

4.1 Sob foco vinculante

A análise do conto pelo olhar das teorias vinculantes começa, via de regra, com informações sobre a autora e seu contexto. Adélia Prado (ou Adélia Luzia Prado de Freitas), nasceu em 1935 em Divinópolis, cidade do Centro-Oeste de Minas Gerais. Foi professora por mais de duas décadas e formou-se em Filosofia. Sua produção literária, que se pode associar ao movimento modernista, soma duas dezenas de obras, entre poesia e prosa. E ultrapassa a cifra de quatro dezenas de publicações, se forem acrescentadas as coletâneas de obras reunidas, as participações em antologias, as parcerias com outros artistas, particularmente com textos para teatro, as traduções para outros idiomas. Encontram-se ainda várias dissertações e teses, além de um sem número de artigos acadêmicos, sobre a obra da poetisa mineira. Em 1978, Adélia publicou o livro de poemas *O coração disparado*, que lhe rendeu o Prêmio Jabuti. Em 2024, foi agraciada com o Prêmio Camões. É detentora de vários outros prêmios literários.⁷

Além de informações gerais sobre Adélia e seu contexto, que possam colaborar na leitura de sua obra literária, convém observar, a partir de elementos específicos oferecidos pela obra escolhida para análise – aqui, um pequeno conto –, quais dados do contexto cultural da poetisa se refletem no texto escolhido. O conto fala do desacordo entre uma mulher que insiste em ser catequista e uma autoridade religiosa, o bispo, que não a nomeia para o ministério. A cena remete imediatamente ao ambiente católico que marca a história pessoal da autora. De fato, o conjunto da obra de Adélia Prado mostra-se repleto de referências ao imaginário religioso católico. Personagens, símbolos e assuntos dessa tradição – Jesus Cristo, Maria, evangelhos, santos, festas populares, devoções, pessoas consagradas, autoridades religiosas, ritos, ideias sobre

7. Estas poucas informações servem para não mais que ilustrar um ponto de partida frequentemente utilizado pelas abordagens vinculantes. Volume muito maior de dados sobre a poetisa e sua obra, incluindo inúmeras entrevistas, encontra-se disponível na internet.

santidade e pecado – transitam sem cerimônia por seus contos e poemas. Ademais, em inúmeras entrevistas e palestras, a autora reafirma seu forte vínculo, desde a infância, com a instituição católica.

O conto escolhido, sem título, integra a coletânea *Solte os cachorros*, primeira obra em prosa da autora, publicada em 1979. Os assuntos dos pequenos contos giram em torno do dia-a-dia de pessoas comuns: amores e desavenças, trabalho e desemprego, comida e jejum, política e desgoverno, fé e descrença. No conjunto, o tom mostra-se provocativo, grito de quem não teme a liberdade, o que já é prometido no título. Do primeiro ao último conto da publicação, abundam as referências à religião. Vão desde um simples “Ô-vida, meu Deus” até às sábias assertivas de sabor proverbial: “A crucificação de Jesus está nos supermercados, para quem queira ver.” “Pobreza é o paiol de Deus.” “Eu sou do que Deus faz, é mais seguro.” “O que me fada é a poesia. Alguém já chamou Deus por este nome?”. Todas estas citações encontram-se já no primeiro conto, revelando um eu poético de matiz religioso que se oferece – sem risco de confusão – como uma auto apresentação da poetisa.

Dentre outros elementos do conto que poderiam ser analisados pela perspectiva vinculante, destacamos as referências à música litúrgica, que ocupa cerca de uma quarta parte do texto. A seção que recortamos inicia com “Aqui na Iconha tem um vigarizinho que eu respeito...” e vai até “Ora, digo eu, pra tudo há forma e fundo”. As quatro frases que compõem o recorte remetem a um momento de grandes mudanças na história da liturgia católica. Vamos aos detalhes. A narradora informa ser fundadora do coro Harpa de Sião e faz um contraponto entre alguns cantos tradicionais do hinário católico e a “música moderna demais” da “juventude transviada”. A que as assertivas fazem eco?

A expressão “Harpa de Sião”, inspirada nos salmos bíblicos, foi o nome dado ao hinário católico organizado pelo padre João Baptista Lehman e publicado em 1927. Padre Lehman, da Sociedade do Verbo Divino, nascido na Alemanha, veio para o Brasil em 1900 com

a particular missão de atuar no campo da música litúrgica. A publicação do hinário Harpa de Sião atendia à convocação do papa Pio X, expressa pelo Motu proprio *Tra le Sollecitudini*, de 1903, no sentido de promover o canto gregoriano e combater os abusos musicais no culto. Além de inúmeros cânticos em latim, a compilação organizada por Padre Lehman coletou também muitos cantos tradicionais do catolicismo popular. Assim, o cântico Ave de Lourdes, composto em 1873 pelo padre francês Jean Gagnet, em referência às aparições de Maria na cidade francesa, tem sua versão em português no hinário. Trata-se do conhecido Louvando a Maria, citado pela narradora do conto. Igualmente, os cânticos eucarísticos *Tantum ergo* e *Que doce maná* encontram-se no hinário Harpa de Sião. Por extensão, a expressão Harpa de Sião tornou-se também o nome de muitos coros católicos, particularmente no Sudeste do Brasil.

Nos últimos anos do pontificado de Pio XII, foram publicadas a Encíclica *Musicae Sacrae Disciplina* (1955) e a Instrução da Sagrada Congregação dos Ritos sobre a Música Sacra e a Sagrada Liturgia (1958). Os documentos reafirmam o lugar eminente do canto gregoriano na liturgia da Igreja Católica e rechaçam as novidades. Poucos anos depois, no clima de aggiornamento proposto pelo Concílio Vaticano II, a Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium*, que dedica um capítulo à música litúrgica, dirá, no primeiro parágrafo do próêmio:

O sagrado Concílio propõe-se fomentar a vida cristã entre os fiéis, adaptar melhor às necessidades do nosso tempo as instituições susceptíveis de mudança, promover tudo o que pode ajudar à união de todos os crentes em Cristo, e fortalecer o que pode contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja. Julga, por isso, dever também interessar-se de modo particular pela reforma e incremento da Liturgia. (SC 1).

Ainda que reafirme o lugar privilegiado do canto gregoriano como o canto próprio da liturgia romana (SC 116), o documento não exclui outros gêneros (SC 116) e orienta a que se promova o canto popular religioso

(SC 118). Nesse clima de reformas e abertura aos novos tempos, muitos jovens sentiram-se acolhidos no seio da Igreja, o que se pode inferir pelo grande número de movimentos de jovens surgidos ao final dos anos 60 e nos anos 70 do século XX. Vale lembrar que a prosa de Solte os cachorros foi composta por esse tempo. Assim, no clima de tensão entre a tradição e a novidade, a narradora do conto alude à “juventude transviada do verdadeiro sentido da liturgia”, que começa a “dedilhar o Brinquedo Proibido⁸ na hora da Elevação, uma hora forte por ela mesma, sem necessidade de acento”.

4.2 Sob foco formalista

Dentre possibilidades várias de se ler o conto sob perspectiva formalista, adotamos aqui um caminho que mescla elementos metodológicos da análise narrativa com alguns recursos inspirados no estruturalismo. A análise narrativa dá atenção aos cenários, às personagens e suas ações, às referências a espaço e tempo, à repetição de palavras de determinada classe gramatical. Sob inspiração estruturalista, pode-se proceder à busca de estruturas internas e relações entre os elementos textuais, como os “campos semânticos” e os contrastes ou antônimos presentes nas estruturas semânticas. Discussões teóricas à parte, vamos ao texto.

A narrativa se desenvolve em três espaços. O primeiro parece tratar-se da casa do bispo ou palácio episcopal, onde se dá o diálogo entre o bispo e a mulher, que no conto tem o papel de narradora. O texto não nomeia o lugar, mas o evidencia pela referência à “porta de saída” em direção à qual o bispo “entorta” sua interlocutora. O segundo cenário é lconha, bairro ou lugarejo onde fica a paróquia ou a capela frequentada pela mulher/narradora. O lugar é nomeado e a ideia de que se trata de uma paróquia ou capela pode ser inferida pela menção ao “vigáriozinho”. Outro espaço é a igreja, o local onde se realizam as liturgias, o

8. A expressão remete ao uso do violão na liturgia, abandonando o harmônio usado tradicionalmente nas celebrações católicas.

que se evidencia pelas referências a casamento e missa. Em relação ao elemento temporal, o texto usa quatro vezes seguidas a palavra “hora”: “hora do casamento”, “hora da consagração”, “hora da Elevação” e “hora forte”. Fala também de “momento das preces comunitárias”, “século quase vinte e um”, “tempo [de Jesus]” e “hoje”. Em relação às personagens, além da mulher-narradora que deseja ser catequista, encontramos o bispo, o vigarinho e a juventude transviada. A narradora cita ainda Jesus, Pedro e o soldado Malco. Ainda que o texto não entre em detalhes acerca dos espaços, tempos e personagens, o conhecimento prévio de que o leitor dispõe sobre a estrutura organizacional da Igreja Católica e seus ritos ajudará na construção das inferências.

A atenção aos cenários e às personagens demarca um passo importante nas análises formalistas. Obriga o leitor a prestar atenção nos detalhes oferecidos pelo texto literário. Entretanto, para além de sua descrição e enumeração (como foi feito acima), importa atentar para o modo como os elementos textuais se organizam. Pode-se observar que os vários elementos do texto (personagens, ações, espaços, situações etc) podem ser agrupados por aproximação ou contraste. A esses agrupamentos, chamamos “campos semânticos”. Assim, podemos pensar no campo semântico dos “títulos”: Sua Excelência, senhor meu Pastor, bispo, vigarinho, o apelido dado ao bispo, filha de Deus. Importante também prestar atenção nos contrastes entre eles. Assim, pode-se contrapor o “Sua Excelência” do bispo ao “vigarinho” do pároco. Ou entre o “nome” de Sua Excelência e o “apelido” que a mulher pôs nele. Este último contraste revela certa dose de humor, particularmente porque está associado a um momento da liturgia da missa, o das orações comunitárias, no qual se lembra nominalmente a autoridade episcopal. O humor se amplia com o acréscimo de um novo ingrediente: o título de “filha de Deus” que a narradora atribui a si mesma, que serve de justificativa para ela apelidar o bispo, e que arremata o conto.

Outro campo semântico é aquele do “pedir versus negar”. As ações do polo “pedir” organizam-se num crescendo: pedir, insistir três ou quatro

vezes, retrucar, usar linguagem respeitosa, citar as escrituras como argumento para o pedido. A isso se contrapõe o “não” de Sua Excelência, repetido sete vezes. Em associação com esse campo semântico, pode-se ainda sublinhar o contraste entre as negativas do bispo e as permissões dadas pelo vigarizinho da Iconha. Outro contraste semântico pode ser construído pelo jogo entre “operário”, “trabalhador braçal”, de um lado, representando o polo da mulher, e o polo dos ordenamentos institucionais, de outro. As negativas do bispo são claras e taxativas. Em relação ao viarizinho, o contraste é subliminar. Ao mesmo tempo que “dá as liberdades de cantar”, ele “dá ordem” de cortar música moderna demais e de exigir silêncio. Ao fim e ao cabo, as liberdades da mulher se subordinam às ordens do vigarizinho.

Vários outros campos semânticos poderiam ser destacados ou construídos pela análise. Da mesma forma, vários outros aspectos poderiam ser destacados pelas abordagens formalistas: o estilo, o vocabulário utilizado, as metáforas, a presença de elementos intertextuais, os deslocamentos de sentido. Limitamo-nos a este breve exercício. Mais que o assunto do conto, que poderia ser tratado com outro tipo de linguagem – a de um artigo acadêmico, por exemplo – importa sublinhar como os recursos de linguagem temperam o texto dando-lhe sabor literário.

4.3 Sob foco da recepção

A leitura do conto sob o foco da estética da recepção, ou pelo caminho das abordagens contextuais, abre-se a múltiplas possibilidades. Vale insistir em dois pressupostos básicos desse modo de ler, já referidos anteriormente: o texto configura uma estrutura comunicativa sempre em aberto, possibilitando várias rotas; a direção da leitura é construída pelo leitor, a partir de seu horizonte de expectativas e repertório de informações. Assim, um professor de português dos últimos anos da educação básica, com o objetivo de preparar seus alunos para o ensino superior ou para o mercado de trabalho, certamente se preocupará com o vocabulário do conto, pouco usual entre os jovens de hoje: dar catecis-

mo, lapidar, reputação ilibada, enfarar, trabalhador braçal, coro, juventude transviada, dedilhar o brinquedo proibido, sem contar as expressões relativas às tradições católicas. Um liturgista se interessará pelos elementos dos ritos referidos pela narradora. Alguém que integrou algum grupo de jovem nos anos 1970 vai lembrar-se do julgamento negativo denotado pela expressão “juventude transviada do verdadeiro sentido da liturgia”. Outra pessoa, mais velha, que tenha estudado em seminário ou tenha sido membro da Liga Católica lembrará – quiçá com alguma dose de saudade – com que gravidade se cantava o *Tantum ergo* nas bênçãos do Santíssimo. Qualquer um desses elementos textuais poderá servir de ponto de partida e justificativa para o direcionamento da rota de leitura escolhida e conduzida pelo leitor.

Ainda que qualquer detalhe do texto literário possa provocar o interesse do leitor e o itinerário de sua leitura, há marcas textuais mais abrangentes, mais fortes, que podem atuar no sentido de conduzir o leitor a rumos que talvez não fizessem parte de suas expectativas. O leitor poderá acolher ou recusar tal trajetória. No conto em análise, há pelo menos duas dessas marcas textuais fortes. Uma diz respeito à estrutura eclesiástica católica, com seu poder de dizer não e dar ordens. Um estudioso do pensamento decolonial certamente destacará no conto a estrutura de poder da igreja católica, herdada dos tempos de cristandade e imposta no bojo da colonização portuguesa. Outra marca forte, associada à primeira, fala do lugar da mulher na igreja, lugar subordinado à autoridade eclesiástica de matiz patriarcal. Já na primeira frase do conto, ao lado do “Sua Excelência”, que distingue o lugar da autoridade episcopal, justapõem-se o “filialmente” e o “me deixa” que marcam os limites da subordinação da mulher.

A abordagem do conto pelo olhar da mulher, em sua intersecção com a crítica ao sistema de poder eclesiástico associado à colonização, configura um trajeto de leitura consistente e mais afeito ao todo do pequeno texto. Várias frases respaldam o olhar feminista: “Nomeou eu não, nomeou foi professor homem.” “Ser mulher ainda dificulta muito as coi-

sas.” “Muita gente boa ainda pensa, em pleno século quase vinte e um, que mulher é só seu oco.” Ao começar sua leitura, pode ser que o leitor não tivesse qualquer motivação ou expectativa de discutir feminismo ou pensamento decolonial. Entretanto, no ato da leitura, o texto poderá oferecer ao leitor novas informações e perspectivas que vão contribuir para que sua leitura de mundo e de outros textos se tornem mais amplas e sofisticadas.

Considerações finais

O artigo teceu o esboço de três perspectivas teóricas que podem ser utilizadas na leitura acadêmica do texto literário, associadas aos elementos que atuam na comunicação artística: a realidade sociocultural em que o texto nasceu, o texto com suas características intrínsecas, e o leitor com seu horizonte de expectativas e repertório de informações. Da interação dinâmica entre os três elementos que atuam no ato da leitura, decorrem inúmeras implicações de caráter metodológico. Senão, vejamos.

No que diz respeito à perspectiva vinculante, vale considerar que o texto literário, por mais formal que seja – como os poemas concretistas, por exemplo –, não configura uma entidade sem mundo. Todo texto documenta, em alguma medida, o contexto histórico-cultural em que foi produzido, seja o contexto social mais amplo, seja o imaginário singular do autor em relação àquele contexto. Neste sentido, o uso de ferramentas de cunho histórico, sociológico ou antropológico pode ser de grande proveito no estudo de obras literárias. Observa-se, por outro lado, que as ferramentas histórico-sociológicas não abrem todas as portas para a compreensão de uma obra. Ademais, ainda que o texto literário seja documento de seu próprio tempo, ele não se confunde com a mera “representação” da realidade social em que nasceu.

Em relação à perspectiva formalista, vale destacar sua relevância no sentido de direcionar nosso olhar ao texto, com suas características in-

trínsecas. As produções acadêmicas na interface entre religião e literatura tendem a abordagens de viés contenedista, mesmo entre pesquisadores que fizeram seus estudos na área das Letras. Amiúde, encontramos autores que, com certa dose de candura, referem-se à tarefa de “destacar os elementos religiosos” de uma obra literária, como se eles simplesmente estivessem ali, fundidos com o eu poético ou com o universo ficcional da narrativa. Certo esforço no sentido de privilegiar aspectos formais da obra literária – característica inalienável da arte – certamente trará contribuições relevantes aos estudos em Teopoética.

No que concerne às abordagens sob foco da recepção, ressalta-se que o leitor não é uma instância neutra no ato da leitura. Ele integra um corpo social que lhe oferece possibilidades e lhe impõe limites na compreensão de seu próprio mundo. Até mesmo seus sonhos e expectativas pessoais se correlacionam de modo estreito com o contexto sociocultural do qual faz parte. Tudo isso interfere na leitura que ele faz de sua própria realidade e de qualquer texto. Mesmo a escolha desta ou daquela perspectiva teórica e do método que será usado para subsidiar sua leitura, interferirá nos resultados. Contudo, o leitor deve evitar fazer do texto tabula rasa para suas projeções; ou, dito de outro modo, deve ficar atento para não obrigar o texto a dizer aquilo que constitui a sua própria fala. Neste sentido, no ato da leitura, um texto pode ganhar leituras diversas. Mas nem todas as leituras de um texto poderão ser validadas, pelo menos no âmbito da academia.

Ao longo do artigo, ao tratar de diferentes perspectivas teóricas e métodos de leitura da obra literária, tivemos em mente, a todo o tempo, o que se empreende no contexto das convenções acadêmicas. Certamente, a academia oferece instrumentos indispensáveis para uma recepção crítica e avançada de uma obra literária. É necessário enfatizar, contudo, que a leitura de uma obra literária não se restringe aos espaços da academia, e os métodos acadêmicos não esgotam as possibilidades de sua leitura. Neste sentido, presumimos que toda experiência estética de produção de sentido, enquanto devaneio e fruição da literatura, porta

um valor libertário. Mesmo aquelas leituras que não ultrapassam a pura recepção projetiva e arbitrária, realizadas por leitores que não dispõem de ferramentas especializadas para municiar sua leitura, abrem rotas para novas maneiras de compreender o seu próprio mundo. É o seu método de leitura.

Referências

- AMORA, Antônio Soares. *Introdução à Teoria da Literatura*. 18.ed. São Paulo: Cultrix, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. A tipologia do discurso na prosa. In: COSTA LIMA, Luiz (Org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 1, p. 487-510.
- BARTHES, Roland. *Análise estrutural da narrativa*. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CANTARELA, Antonio Geraldo. Considerações sobre a utilização da ficção literária como fonte de estudo do fenômeno religioso: entre história e ficção. *Teoliterária*. São Paulo, v. 14, n. 32, p. 10-34, 2024.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- COSTA LIMA, Luiz (Org.) *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- COSTA LIMA, Luiz (Org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Volumes 1 e 2.
- COUTINHO, Afrânio (Direção). *A literatura no Brasil*. v. I (Preliminares). Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1968.
- FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica: quatro ensaios*. São Paulo: É Realizações, 2014.
- FRYE, Northrop. *O grande código: a Bíblia e a Literatura*. Campinas, SP: Sétimo Selo, 2021.
- FRYE, Northrop. *O poder das palavras: a Bíblia e a Literatura II*.

- Campinas, SP: Sétimo Selo, 2022.
- GREIMAS, Algirdas Julius. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- ISER, Wolfgang. A interação do texto com o leitor. In: COSTA LIMA, Luiz. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. São Paulo: Paz e Terra, 1979, p. 83-132.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. V. 1. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- ISER, Wolfgang. O jogo do texto. In: COSTA LIMA, Luiz (Org.) *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.105-118.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3.ed. Campinas, SP: Pontes Editores; UNICAMP, 1997.
- MELLO E SOUZA, Antonio Candido. *Literatura e sociedade*. 8.ed. São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000.
- ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- PAULO VI, Papa. Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia. Roma, 1963. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html. Acesso em: 10/09/2025.
- PIO X, Papa. Motu Proprio *Tra le Sollecitudini* sobre a Música Sacra. Roma, 1903. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-x/pt/motu_proprio/documents/hf_p-x_motu-proprio_19031122_sollecitudini.html. Acesso em: 10/09/2025.
- Pio XII, Papa. Carta Encíclica *Musicae Sacrae Disciplina* sobre a Música Sacra. Roma, 1955. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_25121955_musicae-sacrae.html. Acesso em: 10/09/2025.
- PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. A interpretação da Bíblia na Igreja. In: *Documentos sobre a Bíblia e sua interpretação (1893-1993)*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 165-276.
- PRADO, Adélia. *Solte os cachorros*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Loyola, 2000.

- RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Editorial 70, 1973.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. v. I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira*. Volumes III e V. Rio de Janeiro: José Olímpio; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- TILLICH, Paul. *Teologia da Cultura*. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.
- VITÓRIO, Jaldemir. Os estudos bíblicos em novas perspectivas. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. XXXI, n. 85, p. 323-361, set./dez. 1999.